



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO Nº : 20232800600003 (E-PAT Nº 33475)
RECURSO VOLUNTÁRIO : 304/2024
RECORRENTE : DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS
PEROLA LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADORA RELATORA : LUÍSA R. C. BENTES

RELATÓRIO : 0143/24 – 2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

2. Voto.

2.1. Introdução.

A autuação ocorreu em razão da constatação de que o sujeito passivo deixou de registrar notas fiscais emitidas em suas EFDs do exercício de 2018, relativas a saídas de produtos tributados, bem como de realizar o recolhimento do imposto devido nas referidas operações.

A ação fiscal foi autorizada por meio da DFE nº. 20202500600011, sob a modalidade auditoria específica de conta gráfica, abrangendo o período de 01/01/2017 a 31/12/2018 (o auto refere-se ao exercício de 2018).

A verificação ocorreu por meio de análise das EFDs e cruzamento dos dados referentes à emissão de documentos fiscais do contribuinte com CFOP 5102 e com o ICMS_CST de operações tributadas normalmente.

Trata-se de auto de infração lavrado em aditamento ao AI nº 20212700600013, tendo em vista que o anterior apresentava divergência nos valores de base de cálculo, juros e atualização monetária.

A autuada foi cientificada via Domicílio Eletrônico Tributário – DET e apresentou a peça defensiva. Posteriormente, a lide foi julgada procedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 42 a 47 dos autos.

Irresignada a autuada interpõe Recurso Voluntário (fls. 66) solicitando a anulação do auto de infração, afirmando que: a) nunca foi de seu interesse omitir os lançamentos das notas fiscais; b) acreditava que tudo estava devidamente registrado e declarado aos órgãos de fiscalização competentes conforme os preceitos contábeis; c) a escrituração contábil estava



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

a cargo do escritório de contabilidade contratado para esta finalidade e que não tinha conhecimento de como eram realizados estes procedimentos.

2.2. Legislação aplicável.

Como a penalidade aplicada e dispositivo legal infringido foi indicado o art. 77, inciso X, alínea “b”, item 1 da Lei nº 688/96, que assim estabelece:

Lei nº 688/96

Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: (...)

X - infrações relacionadas a livros fiscais, arquivos magnéticos ou eletrônicos de registros fiscais: (...)

b) multa de 15% (quinze por cento) do valor da operação ou da prestação:

1. pela falta da escrituração, no livro Registro de Saídas, de documento fiscal relativo à saída de mercadorias ou prestação de serviços, excetuadas as hipóteses previstas no item 2 desta alínea e na alínea “d” deste inciso;

Destarte, a conduta descrita como infração e a capitulação legal estão em perfeita consonância. Ademais, pelo que se aduz dos autos, verifica-se que todos os requisitos do auto de infração, conforme determina o artigo 100 da Lei nº. 688/96, estão presentes, com clareza e precisão dos fatos, evidenciando a disponibilização de todos os meios necessários para o pleno exercício ao direito do contraditório e ampla defesa.

2.3. Da análise das questões recursais e de mérito.

Há que se ressaltar, neste ponto, que todas as alegações de defesa inicial foram adequadamente enfrentadas pelo julgador singular, confrontando-se as teses expostas com a legislação pertinente. Desta forma, os fatos que lastreiam a decisão de 1ª instância estão apropriadamente narrados e especificados, sob fundamentos e conclusões com os quais esta julgadora relatora compartilha.

Em análise aos valores apurados, observa-se que a planilha acostada nos autos apresenta adequadamente: aba contendo a listagem de todas as NFEs de saídas tributadas omitidas da EFD, com detalhamento por chave de acesso, de cada campo dos documentos fiscais; aba com as somas das bases de cálculo do ICMS, dos montantes de ICMS e dos valores das operações; aba de apuração mensal do crédito tributário, com valor da operação, valor do ICMS não declarado e recolhido, resultado da aplicação de 15% sobre o valor da operação.

A verdade material foi observada no procedimento fiscal, com comprovação documental da omissão de registros de NF-e na EFD, conforme relatórios constantes dos autos e disponibilizados em mídia eletrônica ao contribuinte.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

A decisão de 1ª instância corretamente apontou que a ação fiscal iniciou-se em 12/04/2021, com a lavratura do AI nº 20212700600013, abrangendo o período de 2018. Logo, inexistiu decadência quanto aos fatos geradores, uma vez que o prazo foi interrompido com o início da ação fiscal. O aditamento não constitui novo lançamento, mas apenas complementação e correção da autuação.

O aditamento foi legítimo, visando corrigir a capitulação legal e ajustar valores no sistema SITAFE, conforme autorizam os arts. 107 e 108 da Lei nº 688/96. Não houve supressão de direito de defesa, pois o contribuinte foi devidamente cientificado e teve oportunidade de manifestação.

Quanto à responsabilidade pela escrituração fiscal e cumprimento das obrigações principais, conforme estabelece o art. 121, parágrafo único, inciso I, do CTN, o contribuinte é a pessoa natural ou jurídica que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador, sendo responsável pelo adimplemento das obrigações tributárias decorrentes.

Outrossim, o art. 136 do CTN dispõe que a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente, da natureza e extensão dos efeitos do ato, reforçando que o elemento subjetivo (dolo ou culpa) não é requisito para a configuração ou afastamento da infração tributária. Trata-se, portanto, de responsabilidade objetiva no âmbito do direito tributário.

Neste contexto, a relação contratual com o contador, ainda que atribua a este a incumbência de realizar a escrituração fiscal digital e demais obrigações acessórias, não afasta a responsabilidade do contribuinte pelo cumprimento tempestivo e correto dessas obrigações, sendo este quem assume integralmente as consequências jurídicas de eventual descumprimento.

No presente caso, a infração – consistente na falta de escrituração de NF-e no Registro de Saídas da EFD – foi comprovada por meio de relatórios fiscais e arquivos eletrônicos. A ausência de registro constitui infração objetiva, tipificada no art. 77, X, “b-1”, da Lei nº 688/96, cuja penalidade é aplicada independentemente de comprovação de má-fé (art. 75, §2º da Lei nº. 688/96).

Ainda que se admitisse que o descumprimento decorreu de falha do contador, tal fato não transfere a este a obrigação tributária. Assim, a tese de ausência de dolo e de responsabilidade do profissional de contabilidade contratado não tem respaldo legal para afastar a autuação, devendo, portanto, ser mantida a penalidade aplicada na forma da legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

2.4. Conclusão.

Ante o exposto, conheço do Recurso Voluntário interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de 1ª Instância que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração, declarando como devido o crédito tributário no montante de R\$ 287.558,79.

Porto Velho, 18 de agosto de 2025.

Luísa R. C. Bentes
AFTE/Julgadora

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20232800600003 - E-PAT 033.475
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 304/2024
RECORRENTE : DIST. DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PÉROLA LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : LUISA ROCHA CARVALHO BENTES

ACÓRDÃO Nº 0128/2025/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – DEIXAR DE ESCRITURAR DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS TRIBUTADAS - OCORRÊNCIA. Restou provado nos autos que o sujeito passivo deixou de registrar, em suas EFDs do exercício de 2018, notas fiscais emitidas, relativas a saídas de produtos tributados, bem como de realizar o recolhimento do imposto devido nas referidas operações. Infração não ilidida. Mantida a decisão singular de procedente o auto de infração. Recurso voluntário desprovido. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto da Julgadora Relatora Luísa Rocha Carvalho Bentes, acompanhada pelos julgadores Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Dyego Alves de Melo e Leonardo Martins Gorayeb.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL

DATA DO LANÇAMENTO 12/07/2023: R\$ 287.558,79

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEVE SER ATUALIZADO PELA SELIC NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO, NOS TERMOS DO DECRETO 30.466/2025 E DA LEI 6062/2025.**

TATE. Sala de Sessões, 18 de agosto de 2025.

Fabiano Emanuel F. Caetano
Presidente

Luísa R. C. Bentes
Julgador/Relator